

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Caxambú - MG

GT Estudos de gênero: teoria e pesquisa

Estranhos dilemas – Reflexões sobre Teoria *Queer* a partir
das tecnologias de construção do sexo em casos de *intersexo* *

Nádia Perez Pino**

* O artigo é resultado das discussões feitas em minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, intitulada “Estranhos dilemas: teoria queer e os intersex”, orientada pelo Prof.Dr. Richard Miskolci, e das leituras e debates propiciadas pelos encontros do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência liderado pelo Prof. Dr. Richard Miskolci na UFSCar.

** **Mestranda em Ciências Sociais - UFSCar** e-mail: nadiabud@yahoo.com.br

Estranhos dilemas – Reflexões sobre a teoria *queer* a partir das tecnologias de construção do sexo em caso de *intersexo*

Resumo: Esse artigo pretende fazer uma reflexão teórica sobre os desdobramentos da Teoria *Queer* no presente tendo como enfoque os dilemas levantados pelos *intersex*. Por ser um grupo marcado por questões relacionadas ao gênero, identidade social e sexualidade, minha análise se pautará em diálogos com os estudos de gênero, mas, principalmente com as questões abordadas pela Teoria *Queer*. Além de explorar esses diálogos, pretendo através das discussões sobre as tecnologias de construção do sexo analisar os dilemas da Teoria *Queer* no presente. Para melhor atingir os resultados, o artigo está dividido em três partes: na primeira faço uma introdução ao que considero as principais características da Teoria *Queer*; na segunda parte exploro como a experiência *intersex* é marcada por dilemas inerentes a experiências *queer*, e por fim, exploro por meio das discussões sobre as tecnologias de construção do sexo algumas das questões *queer* do presente.

Palavras – chave: *intersex*, Teoria *Queer*, gênero, sexualidade, tecnologias.

Teoria *queer*: Por uma analítica a normalização e da abjeção

É difícil reunir quais seriam as principais características e objetivos de uma teoria que se constitui pela abrangência de discussões teóricas e metodológicas, bem como pelo diálogo intenso e também crítico com as teorias antecessoras - os estudos gays e lésbicos, a teoria feminista, os estudos de gênero, a sociologia do desvio, as teorias do construcionismo social e finalmente, o pós-estruturalismo francês¹. Aliás,

¹ Conforme discutirei adiante é importante ressaltar o diálogo da teoria *queer* com as correntes teóricas que a antecederam e que, de certa forma, contribuíram para a formação de sua moldura epistemológica. Dizer que a Teoria *Queer* descende de diferentes movimentos teóricos não é o mesmo que afirmar que esses movimentos propiciaram o surgimento da teoria *queer*, mas, antes ressaltar que se cabe a teoria *queer* rótulos (nem sempre bem empregados) de “uma teoria de vanguarda”, radical, desconstrucionista dos conhecimentos anteriores, ela deve, necessariamente, ser entendida em sua tanto de incorporação quanto de críticas as teorias antecessoras. O que não significa, em absoluto, pensar em movimentos que

seria incorreto e incoerente para com seus objetivos teóricos e políticos, descrever a proposta *queer* como um corpo fechado de teoria, pois, como afirma Pedro Paulo Pereira (2006) a Teoria *Queer* é marcada por um “movimento auto-reflexivo contínuo”, ou seja, requer a revisão constante de seus pressupostos teóricos e metodológicos. É uma teoria que constantemente se reinventa e se reconstrói mediante aos novos desafios teóricos e empíricos propostos. Nessa mesma perspectiva, Anne Marie Jagose (1996) afirma que a elasticidade, a indeterminação e a resistência à normalização acadêmica constituem uma de suas principais características. Dessa maneira, destacarei algumas contribuições da teoria para o estudo sociológico das categorias sexuais e da sexualidade, sem pretender esgotar a discussão².

A Teoria *Queer* emerge em universidades norte-americanas em fins da década de 1980, nos departamentos de literatura, cinema, estudos culturais, e, portanto, bem distante dos departamentos de sociologia - propondo novas discussões sobre sexualidade, desejo, categorias sexuais, identidades sexuais estigmatizadas, gênero e políticas identitárias. Provavelmente, a inovação trazida pelos teóricos/as *queer*³ foi considerar o desejo sexual e a sexualidade como um fato social importante nas sociedades modernas, tanto quanto os outros eixos de desigualdade como raça, classe e gênero (Lemert, 1996, p.viii)⁴.

As discussões sobre a construção social da heterossexualidade e a associação com a normalidade marcou a formação dos estudos *queer*. Até então, nos estudos sobre sexualidade ou mesmo nos estudos sobre minorias sexuais, a heterossexualidade aparecia como algo inquestionável. A incipiente teoria dirigiu suas análises para os processos que produzem, normalizam e reconhecem a heterossexualidade como se fosse natural. Assim, os estudos *queer* emergem com a preocupação de descrever práticas sociais e modelos analíticos que mostrem que a heterossexualidade não é natural, precisando ser constantemente reiterada pelas normas sociais para manter sua hegemonia (Butler, 2003; Jagose, 1996).

vão se sucedendo e sobrepondo até chegar a teoria *queer*. Essas diversas correntes teóricas não se substituem, antes coexistem.

² Para uma introdução aos estudos *queer* ver: Seidman, 1996; Warner, 1993; Gamson, 2006; Louro, 2001; Miskolci&Simões, 2007, Miskolci, 2007c.

³ Dentre os primeiros teóricos /as *queer* destacam-se: Eve K. Sedgwick, Judith Butler, Teresa De Lauretis, David Halperin, Michel Warner.

⁴ Destaco que o quadro apresentado refere-se ao contexto norte-americano, do qual a teoria *queer* é originária. No que se refere ao nosso contexto, a Teoria *Queer* ainda não se concretizou como uma linha de pesquisa e ainda faltam reflexões sobre Teoria *Queer*, e também sobre como adequá-las ao nosso contexto. No entanto, podemos citar algumas pesquisas como o Louro (2000), Bento (2006), Miskolci (2006, 2007c)

Nota-se, no entanto, que a Teoria *queer* colocou a heterossexualidade no centro das discussões por ser um regime sexual normativo que extrapola as práticas sexuais, organizando a sociedade de acordo com seus princípios. É um “sistema social estável” que perpassa diferentes níveis da vida social, regulando instituições sociais, culturais, modos de conhecimento. O regime sexual da heterossexualidade organiza a sociedade de maneira heteronormativa, de forma que as suas instituições, conhecimentos e práticas fazem da heterossexualidade, um privilégio, algo natural, linguagem básica que permeia os aspectos sociais e pessoais (Berlant & Warner, 2002, p.230) ⁵.

Mais do que fazer uma analítica da heterossexualidade e da heteronormatividade, as reflexões *queer* têm por objetivo analisar a “normalização da sociedade focada na sexualidade” (Miskolci, 2007c, p.01), e, de acordo com o exposto por Michael Warner na introdução da primeira coletânea de estudos *queer* intitulada de “Fear of queer planets” publicada em 1993, o objetivo consiste em mostrar como o espaço da normalização é um espaço da violência e intolerância, e cabe à teoria e às práticas *queer* resistir a essa normalização (Warner, 1993 p.XXVI).

A crítica à normalização da sociedade por meio da sexualidade é acompanhada do procedimento analítico de desconstrução crítica das categorias sexuais, das identidades, sexualidade e do gênero (Gamson, 2006; Jagose, 1996; Green, 2007). Desconstruir não é apenas mostrar o caráter sócio-histórico das categorias sexuais, pois, se assim o fosse, a teoria *queer* não teria trazido tantas inovações em relação aos já existentes estudos construcionistas sobre sexualidade.

É interessante observar que as primeiras reflexões construcionistas sobre a sexualidade e sobre as sexualidades não-normativas já estavam presentes na sociologia do desvio, mas especificamente nas teorias da rotulação (*labeling theory*) e em algumas vertentes do interacionismo simbólico. Conforme Steven Epstein, essa sociologia contribuiu para a teorização da sexualidade e da homossexualidade como construção social bem antes das teorias construcionistas sobre a sexualidade, pois, além da recusa aos modelos de Freud e de Kinsey para a compreensão da sexualidade, afirmou que os significados sexuais, as identidades e as categorias são produtos históricos, sociais e intersubjetivamente negociados (Epstein, 1996, p.145). Dessa sociologia inicial sobre a

⁵ Segundo Berlant & Warner: “Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não só fazem que a heterossexualidade pareça coerente – quer dizer, organizada como sexualidade - mas também privilegiada. Sua coerência é sempre provisória e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e pessoais, se percebe como um estado natural, também se projeta como um logro ideal ou moral” (2002, p.250)

sexualidade emergem as primeiras reflexões sobre a homossexualidade tanto na perspectiva da teoria da rotulagem quanto na chave do estigma⁶. Nesses estudos encontramos discussões sobre sexualidade enquanto construção social, porém, essas análises foram passíveis de críticas. Conforme Seidman (1996, p.7), ao colocar a homossexualidade na perspectiva do desvio sexual ou como um estigma a ser manejado, essa sociologia contribuiu para a percepção pública do homossexual como um tipo estranho, exótico em contraste com o indivíduo normal, respeitável e heterossexual. Dito de outra maneira, essa sociologia tendia a reafirmar os valores hegemônicos e a normalidade.

Se nessa sociologia encontramos as primeiras reflexões sobre a sexualidade numa perspectiva construcionista, é com a publicação do primeiro volume da “História da Sexualidade: A vontade de saber”, em 1976 de Michel Foucault, que essa corrente se expande. O autor empreendeu uma análise sobre a formação da ordem social moderna e demonstrou que as identidades sexuais, a sexualidade e até a idéia de sexo são produtos de um determinado período histórico e alvo de um dispositivo histórico de poder-saber, que normaliza e controla a sexualidade como algo natural⁷. Foucault demonstrou também que os discursos médicos e científicos criaram o homossexual enquanto uma identidade. Pode-se dizer, assim, que a Teoria *Queer* dá continuidade ao projeto foucaultiano de analisar os dispositivos de poder que normalizam a sexualidade e criam as “perversões sexuais”.

Não cabe nos limites desse artigo estender as discussões acerca das origens da teoria *queer* no construcionismo. Ressaltei esses diálogos por dois motivos cruciais. O primeiro tem por finalidade tornar mais claro os objetivos da Teoria *Queer*. Já o segundo, se refere a algo inerente ao empreendimento *queer* que reside na revisão dos

⁶ Podemos citar como exemplo dessas abordagens o artigo pioneiro de Mary McIntosh “The role homossexual”, de 1969, no qual se encontra a primeira abordagem construtivista sobre a sexualidade. Na época, a homossexualidade era classificada como doença psíquica, mas a autora essa rejeita essa a definição e opta pelo entendimento em termos de papel social, remetendo a idéia de expectativa social. Para um panorama dos estudos de sexualidade e interacionismo simbólico consulte Longmore (1998); sobre as relações entre sociologia da homossexualidade e Teoria *Queer*, consulte: Seidman, 1996; Epstein, 1996; Epstein & Plummer, 1966.

⁷Em definição, “A sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não é uma realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas a grande rede da superfície que em estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo grandes estratégias de saber e poder” (FOUCAULT, 1987, p.100). O dispositivo em definição: “Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas e morais. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 2006, p.244).

saberes sobre a sexualidade, acompanhado de um trabalho analítico capaz de verificar como os saberes, os modos de conhecimentos estão comprometidos com a normalização da sexualidade e com seus pressupostos heteronormativos, ou, como afirma Michael Warner (1993), como as teorias sociais acabam sendo “hetero-teorias”. Pode-se dizer que a Teoria *Queer* aproxima-se de uma Sociologia do Conhecimento, já que dentre os seus objetivos reside a investigação sobre como os saberes são formados.

A Teoria Queer é uma iniciativa desconstrutivista: dos saberes sobre a sexualidade e sobre a ordem social, dos sujeitos portadores de identidades, do desejo sexual, da heterossexualidade. Os estudos *queer* ancoram-se no desconstrucionismo francês como método de análise através operacionalização do conceito “suplementariedade” presente na obra *Gramatologia* de Derrida, considerada um dos marcos do pós-estruturalismo francês. De acordo com Ki Namaste (1996, p.196), o conceito remete ao entendimento de como os significados são estabelecidos, pois, sugere que os mesmos são organizados em torno da diferença por meio de um jogo dinâmico da presença e da ausência. Esse jogo demonstra que aquilo que parece estar fora do sistema está dentro do sistema, como por exemplo, a heterossexualidade para se estabelecer precisa da homossexualidade. Assim, um termo constitui o outro, ou uma relação engendra necessariamente a outra, já que ambas são parte de um mesmo sistema de significados (Namaste, 1996).

Os estudos *queer* ao fazer uso desse método privilegiam análises que estabeleçam relações necessárias entre termos que se opõe, mas, que para existir dependam da produção simultânea do outro constitutivo. Para que a heterossexualidade seja vista como espaço reservado à normalidade, ao natural inquestionável, é necessário produzir seu outro constitutivo e abjeto, a homossexualidade. Não basta apenas refletir sobre a construção das categorias homo/heterossexual, sexualidade normal e sexualidade desviante, mas entender como esses termos ou essas relações são estabelecidos de maneira concomitante, pois, ambos fazem parte de uma mesma lógica, ou de um mesmo sistema de significado social. Essa análise não fica restrita apenas ao plano da sexualidade, pois, outros pares são constituídos segundo essa mesma lógica, como normal/anormal, público/privado.

Essa perspectiva marca o diferencial dos estudos *queer* do construcionismo social, pois, em uma perspectiva *queer* não basta apenas dizer que a sexualidade é construída socialmente, que instaura comportamentos considerados normais e outros desviantes, e que essas relações são perpassadas por relações de poder. Mas, almeja-se

entender o porquê dessa relação. Conforme observa Gayle Rubin (1992), as teorias do construcionismo social carecem do potencial político, pois, não vão além e não questionam o porquê dessa relação binária, e porque ela é necessária. A Teoria *Queer* mostra que as categorias sexuais, as identidades, a sexualidade são construções, mas essas só existem na medida em que os pares opostos constitutivos são estabelecidos. Assim, conforme Michel Warner (1993), a Teoria *Queer* dispensa atenção para os processos sociais que classificam e tornam alguns sujeitos normais e naturais e outros perversos, patológicos.

Em síntese, pode-se dizer que esse objetivo que reside em fazer a análise integrada dos opostos que se constituem, abre-se o espaço para pensar a abjeção, a exclusão, a anormalidade, as diferenças, como uma maneira de entender como a normalidade é estabelecida, já que ambos são parte de um mesmo processo e se autoconstituem. Assim, a análise do pólo formativo e integrante do normal torna-se imprescindível para a análise *queer*.

A respeito da diferença entre construcionismo e essencialismo, Judith Butler (2002) discute que ambas as correntes desconsideram a questão que se tornou fundamental para os estudos *queer*, e que é central no método desconstrucionista. Segundo a autora, a questão nunca foi que “tudo se constrói discursivamente”, pois, essa afirmação acaba caindo numa espécie de nomismo discursivo ou lingüístico, já que nega a força constitutiva da exclusão, da supressão, da abjeção violenta e seu retorno destrutivo dentro dos mesmos termos da legitimidade discursiva (Butler, 2002, p.27). Assim, torna-se imprescindível na proposta *queer* a analítica do pólo abjeto, da anormalidade, da abjeção, da exclusão, pois, por meio dela entendemos não só como se constitui a normalidade, mas, também a produção das diferenças e “as condições que engendram a marginalização” (Nimaste, 1996, p.204).

Podemos entender melhor a analítica da normalização e da abjeção se observarmos os significados do termo *queer* e sua incorporação tanto pelo movimento político quanto teórico e a relação com os estudos de minoria. O termo *queer*, pertencente a língua inglesa, pode ser traduzido como esquisito, excêntrico, anormal. É um xingamento depreciativo e homofóbico para gays e lésbicas. Mais do que uma ofensa o termo traz uma carga de abjeção, daquilo que não é permitido, aceitável socialmente.

A apropriação inicial do termo pelo movimento político *queer* visava inverter a lógica do insulto, transformando-o em bandeira política⁸. É importante destacar que o termo não se refere apenas às condutas homossexuais, mas à abjeção envolta em comportamentos, ações, performances e corpos não adequados ao socialmente desejado. A incorporação acadêmica e política visava fazer da abjeção e do xingamento um modelo teórico/político alternativo que recusava falar do centro e sim das margens, daqueles socialmente designados como diferentes, abjetos, anormais. Olhar para as margens não significava atribuir visibilidade aos sujeitos, antes um procedimento que objetiva entender os processos sociais que criam o “Outro” como diferente e abjetos e sua relação concomitante com a produção das identidades hegemônicas. Segundo Sedgwick a respeito do *queer* (enquanto movimento e teoria):

“Uma ampla mistura de possibilidades, vácuos, solapamentos, dissonâncias e ressonâncias, lapsos e excessos de significados que falamos quando os elementos constitutivos do gênero ou da sexualidade de qualquer pessoa não estão feitos para (ou não se pode fazer) significar uma forma monolítica. Queer designa aventuras experimentais nos âmbitos da lingüística, da epistemologia, da representação ou da política...” (Sedgwick, 2002, p.37).

A resistência a definição é um modo de manter sempre em aberto as discussões enveredadas pelos estudos *queer*, assim como alude ao potencial democrático da proposta *queer*

“Se a palavra queer deve ser um lugar de discussão coletiva, um ponto de partida para uma série de reflexões históricas e imagens futuras, deverá permanecer esse termo que, na atualidade dada possui do todo, e que deve ser constantemente resistemizado, distorcido, desviado dos usos anteriores e dirigidos aceleradamente a objetivos políticos em expansão. Possivelmente deverá também ser abandonado em favor de termos que levem a cabo a ação política de uma maneira mais eficaz...” (Butler, 2002, p.60)

Faz-se imprescindível ressaltar o contexto não só teórico, mas social em que a teoria se desenvolveu. Em fins da década de 1980, com a ascensão da AIDS e a culpabilização de gays pela epidemia, bem como a ascensão da direita norte-americana, reascendeu um período de pânicos sexuais em relação às pessoas homo-orientadas⁹. Pode-se dizer que cenário não era dos mais promissores para as pessoas com práticas

⁸ Podemos citar como exemplo desses movimentos *queer*: o ACT UP (AIDS Coalization TO Unleash Power) associação fundada em 1987 que tem por objetivo sensibilizar a opinião pública e as instituições do governo com o fim de que se destinem mais fundos para a Aids. O slogan é *Silence=death*. O outro movimento é o “Queer nation” uma associação que surgiu em Washington em 1991, que tem por objetivo a luta contra o heterossexismo e a homofobia em suas manifestações culturais, políticas e econômicas.

⁹ Sobre pânicos sexuais consulte Rubin (1992)

sexuais não-normativas. Conforme sugere Seidman (1996), o contexto é marcado pelo fim da suposta tolerância em relação à sexualidade, inaugurada desde a ascensão dos movimentos de “minorias sexuais” da década de 1970.

O descontentamento com as políticas identitárias pode ser ressaltado como parte desse contexto social. No interior dos movimentos sociais (feminista, gay e lésbico) surgiam divisões e questionava-se o quão representativa seria uma categoria da identidade para abarcar os diferentes tipos de pessoas nela incluída. Assim, passou-se a constatar que a identidade gay representava uma minoria branca e de classe-média. O mesmo se deu em relação ao sujeito do feminismo e as suas relações com critérios de etnia, classe social, sexualidade. Questionavam-se, assim, os limites das políticas centradas apenas em um “eixo de opressão”, e o quão excludente e normalizadoras poderiam ser as políticas de representação.

Como afirma Butler (2006) os estudos *queer* não fazem da identidade um erro necessário. Segundo a proposta *queer*, as pesquisas sobre minorias sexuais repousam num erro fundamental ao trabalhar com as categorias de identidades. Na perspectiva *queer*, considera-se que as identidades são fluídas, mutáveis, contingentes. Mas do que isso, a perspectiva *queer* trabalha com a interseção das categorias da identidade (raça, gênero, sexualidade, classe) de forma que não adere aos discursos do “essencialismo estratégico”. Essas reflexões compartilham as perspectiva do pós-estruturalismo francês que vê identidades como provisórias e contingentes, como uma fantasia cultural ou um mito cultural (Jagose, 1996, p.77).

Pode-se dizer como afirma Michel Warner (1996), que a Teoria *Queer* é uma teoria sem sujeito (1993), ou seja, não reivindica sujeitos estáveis e dados de antemão para a formulação de suas propostas teóricas e políticas, como por exemplo, nas teorias sobre grupos minoritários (gays, lésbicas, mulheres). Isso não significa que a teoria não trabalhe com sujeitos, ou que negue esses sujeitos, mas como ilustra Butler a respeito dessa questão:

“Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção de sujeitos desde o início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente, ao contrário, é perguntar sobre seu processo de construção e pelo significado político e pelas conseqüências de tornar o sujeito como um requisito ou pressuposição da teoria” (Butler, 1998, p.15).

A crítica ao sujeito repercutiu na maneira em que a pesquisa qualitativa sobre identidades sexuais é feita. A identidade não pode ser o ponto de partida da pesquisa

social e o pesquisador não pode fingir que essa é imóvel, como se estivesse pronta para um “close-up” (Gamson, 2006, p.354). Assim, não cabe ao pesquisador ir para o campo em busca dos sujeitos sexuais como se fossem tipos sociais coerentes e disponíveis (Gamson, 2006, p.354). “Retratar a identidade por uma categoria específica é um procedimento arbitrário, excludente e instável” (Seidman, 1996, p.13). Cabe ao pesquisador/a não denominar previamente os sujeitos portadores de identidade, enfatizando assim os processos de subjetivações e como os sujeitos se compreendem.

É nessa “crítica aos sujeitos” que reside à diferença crucial entre os estudos gays e lésbicos e os estudos *queer*. Enquanto os estudos gays e lésbicos, desenvolvidos a partir da década de 1980, definiam seus sujeitos por identidades delimitadas, com categorias unitárias das identidades, os estudos *queer* dão atenção aos processos sociais de construção das categorias sociais e sua desconstrução, enfatizando a instabilidade das identidades (Gamson, 2006, p.347).

No entanto, a proposta *queer* mais do que estudar os sujeitos e suas práticas ou comportamentos sexuais, preocupa-se com os processos de categorização, normalização das categorias sexuais e como esses se relacionam com as demais esferas da sociedade. Para tanto, o olhar desloca-se dos sujeitos para as práticas discursivas, instituições, modos de conhecimento. Essa é uma das contribuições fundamentais da Teoria *Queer* para análise sociológica, pois, permite compreender como as preocupações com a sexualidade transcendem o plano individual e de comportamentos individuais e se faz presente nas mais diversificadas esferas da sociedade. Além disso, a análise da sexualidade, elaborada pela Teoria *Queer*, diferente dos estudos anteriores não confinou apenas às comunidades gays e lésbicas como os únicos espaços de opressão, mas, demonstrou como ela está presente nas instituições “menos suspeitas”, como instituições médicas, jurídicas, econômicas.

Como resume Steve Seidman (1996, p.13), a Teoria *Queer* muda o foco da preocupação exclusiva com a opressão e liberação do “sujeito homossexual” para as análises das práticas institucionais e discursivas que produzem conhecimentos sexuais e as maneiras que eles organizam a vida social, atentando em particular para a maneira que esses conhecimentos e práticas sociais reprimem as diferenças.

Segundo Richard Miskolci, a emergência da Teoria *Queer* costuma ser associada ao estudo do desejo e da sexualidade, nos últimos anos intensificaram-se as formas como os estudos nesta linha apontam para a articulação de múltiplas diferenças nas práticas sociais (Miskolci, 2007c, p.6). É nessa chave que proponho entender os dilemas

levantados pelos intersex como grupo passível de análise *queer*, no qual discuto sobre a articulação de diferenças e de categorias analíticas como gênero, diferenças corporais, tecnologias heteronormativas.

Estranhos dilemas

Segundo Joshua Gamson (2006), a Teoria *Queer* inaugurou uma nova fase na pesquisa qualitativa em ciências sociais, e isso se deu em relação as suas propostas teóricas, mas principalmente aos desafios metodológicos impostos a pesquisa social sobre sexualidade. Da crítica à identidade e aos sujeitos decorre a impossibilidade, ou ainda a desconfiança, em relação às pesquisas que tem por objetivo registrar ou mesmo “captar” as experiências vividas. Disso resulta que na Teoria *Queer*, as práticas textuais e lingüísticas - através das quais as subjetividades são formadas, bem como o estudo do conhecimento, linguagem, discurso, tornam-se instrumentos importantes na pesquisa qualitativa em sexualidade (Gamson, 2006, p.354).

Na mesma perspectiva, Joan Scott no texto “A Invisibilidade da experiência” (1998), questiona a premissa que se retratar a experiência de grupos invisibilizados socialmente seria o processo mais adequado para pensar os processos de designação do outro como diferente. Segundo Scott, as pesquisas que tem por objetivo relatar e mesmo tornar visível a experiência de algum grupo invisibilizado por processos sociais tendem a cair num erro fundamental, pois partem das identidades e das experiências como dado, ao invés de reconstruir e entender os processos sociais que criaram as identidades e as diferenças. Em sua perspectiva, a experiência deve ser explicada e não o ponto de partida da pesquisa.

Ao pensar os dilemas suscitados pela experiência intersex, o que se destaca, e que pode ser apontado como marcadores da especificidade dessa experiência, refere-se à discussão sobre corpos não adequados à ordem social e de gênero. Os dilemas em torno

da condição intersex¹⁰ se iniciam quando a genitália de um bebê recém-nascido não permite responder à pergunta: “É menino ou menina?”, pergunta simples e corriqueira, mas ao mesmo tempo fundamental para o estabelecimento das identidades sociais e principalmente para a primeira de nossas identidades constituída que é o gênero.

Segundo Judith Butler (2002), a interpelação médica “É um menino!” ou “É uma menina!” não é apenas um ato de reconhecimento do sexo, mas um ato de formação dos sujeitos, isso por que os sujeitos só podem emergir após a identificação com o sexo, e consequentemente com o gênero, e esses devem estar de acordo com as normas sociais e as matrizes culturais de gênero que antecedem os sujeitos. Mas, o que fazer quando não é possível identificar o sexo de um bebê? Como atribuir um sexo quando o corpo recém-nascido não oferece as garantias para o reconhecimento da diferenciação sexual? Se não há sexo, então, não há sujeito?

De maneira geral, a “condição intersex” refere-se à situação na qual não é possível o reconhecimento do sexo do bebê, pois a genitália não é nem feminina, nem masculina, mas, em termos médicos, *indefinidas* ou *ambíguas*. No entanto, os estados intersexuais são variados e não se reduzem a esses casos de *ambigüidade* genital. Há casos em que os bebês nascem com órgãos genitais identificáveis com um sexo, mas estes não são representativos daquilo que é considerado ideal - clitóris grandes e pênis pequenos são chamados de “femininos masculinizados” ou “masculinos feminilizados”. Há outros casos de pessoas que nascem com todas as características hormonais, genéticas, do sexo, por exemplo, uma mulher com cromossomos XX, com útero, ovários, mas com ambigüidade genital. Ou nos casos em que as pessoas nascem com mosaicos genéticos como XXY. Nem sempre a *intersexualidade* está ligada a uma condição de nascimento, mas se manifesta na adolescência, como no caso da síndrome de Klinefelter, na qual o problema não reside no diagnóstico de genitália ambígua, mas no desenvolvimento dos caracteres secundários de cada sexo¹¹.

¹⁰ Faço uso do termo “condição intersex” para me referir à situação biológica, ou seja, às pessoas que nascem com os chamados Distúrbios da Diferenciação Sexual, responsáveis pela ambigüidade do sexo. Utilizarei o termo intersex quando me referir à identidade política.

¹¹ Segundo Fausto-Sterling (2005:52) os tipos mais comuns de intersexualidade são: Hiperplastia Congênita Adrenal: Causas: geneticamente herdada, o que implica o mau funcionamento das envolvidas nos processos de produção dos hormônios esteróides. Características clínicas básicas: Em crianças podem causar a masculinização das genitálias ou alterações, que são visíveis no momento do nascimento; se não forem tratadas podem causar masculinização até a puberdade ou no início da puberdade. Síndrome da insensibilidade ao andrógino: Causas: geneticamente herdada, o que modifica a superfície de recepção da célula em relação à testosterona. Características clínicas básicas: crianças XY nascem com genitálias muito feminilizadas. O corpo é “cego” em relação à presença da testosterona, as células não fazem uso da testosterona, o que ocasiona o desenvolvimento das características masculinas. Até a adolescência as crianças desenvolvem seios e formas corporais femininas. Disgenia Gonadal:

Percebe-se pela definição acima que, mais que uma situação de dúvida entre “se é menino ou menina”, a condição *intersex* é reveladora de corpos paradoxais, heréticos, estranhos para a nossa ordem social e de gênero. São corpos que destoam de nossos parâmetros culturais binários, que embaralham e causam estranheza para aqueles que os vê ou que não se enquadram no que Susan Bordo chama de representações de corpos inteligíveis que “abrange nossas representações científicas, filosóficas e estéticas sobre o corpo – nossa concepção cultural de corpo, que inclui normas de beleza, modelos de saúde e assim por diante” (Bordo, 1997, p.33). São corpos que deslizam nas representações do que se considera como verdadeiramente humano, situando-se nos interstícios entre o que é normal e o que é patológico.

De acordo com os saberes médicos, a “condição *intersex*” é um “Distúrbio da Diferenciação Sexual” que requer tratamentos médicos para criar a diferença sexual. A classificação da intersexualidade como uma patologia ou problema cosmético (ou seja, um problema de não-identificação anatômica) depende dos variados tipos dos estados intersexuais. Há casos graves e requerem intervenções, pois o que está em jogo é a saúde do paciente. Outros, no entanto, envolvem apenas problemas das genitálias ambíguas ou ainda as genitálias que apresentam características de ambos os sexos. É reconhecido, mesmo na medicina, que apenas em alguns casos a condição *intersex* traz algum dano à saúde. O maior problema suscitado em torno desses “distúrbios” refere-se a órgãos não adequados ao dimorfismo sexual ou que não mantêm relações de coerência entre sexo genético, sexo-gonadal, sexo-hormonal e sexo-anatômico, e as implicações desse estado para os pacientes. Assim, torna-se imperativo para os saberes médicos encontrar e definir o sexo.

A associação da “condição *intersex*” com a patologia pode ser entendida como parte dos controles normativos destinados ao corpo sexual e à sexualidade instaurados nas sociedades ocidentais modernas desde o século XIX. Casos de ambigüidade genital, mistura dos sexos ou ainda presença dos dois sexos sempre existiram, já que se trata de uma condição biológica. O que é novo nas sociedades modernas ocidentais é a transformação dessas diferenças em patologias e seu controle e regulação pelos saberes

Causas: Várias causas, nem todas genéticas. Características clínicas básicas: se refere às pessoas (em geral, XY) cujas gônadas não se desenvolveram direito. As características clínicas básicas são heterogêneas. Síndrome de Turner: Causa: Mulheres com falta do cromossomo X. Características clínicas básicas: é uma forma de disgenesia gonadal em mulheres. Os ovários não se desenvolvem; essas mulheres têm estatura baixa, carência de estrogênio e hormônios do crescimento. Síndrome de Klinefelter: Causa: Homens com cromossomo extra (XXY). Características clínicas básicas: é uma forma de disgenesia que causa a infertilidade. Depois da puberdade, freqüentemente, a região peitoral e os ombros se alargam, o tratamento inclui terapia da testosterona.

e pelas práticas médicas. É no século XIX, quando a sexualidade moderna é formada que se instaura a idéia de que as pessoas, para usar as palavras de Foucault (1984), devem ter necessariamente um sexo verdadeiro. Essa preocupação com o “verdadeiro sexo” envolve a presença de um corpo que ateste o sexo de pertencimento da pessoa.

Se desde o século XIX cabe a medicina o poder de decisão e de controle dos corpos ambíguos, é a partir da década de 1950 que o controle médico se expande. Nesse contexto, a medicina passa a modificar os “corpos ambíguos” por meio de procedimentos cirúrgicos. A história das intervenções cirúrgicas nos corpos de bebês intersex inicia-se na década de 1960, na Universidade de John Hopkins, quando os psicólogos John Money e Anke Ehrhardt popularizaram a idéia de que gênero e sexo são categorias separadas. Influenciados pela teoria dos papéis sociais de Talcott Parsons, definiram o sexo como as características físicas, fisiológicas e anatômicas sendo biologicamente determinado, já o gênero seria a convicção individual de pertencimento a uma determinada identidade de gênero e o conseqüente comportamento que expressaria essa convicção, sendo que esse “sentimento” não viria de algum condicionante biológico, mas dos processos de socialização (Fausto-Sterling, 2000; 2000a)¹².

O desenvolvimento do conceito de identidade de gênero foi paradigmático, pois, se pôde romper, ainda que parcialmente, com o determinismo biológico sobre o sexo. Money, segundo Marisa Corrêa, fez uma releitura embasada em idéias científicas da frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Corrêa, 2005). A teoria da identidade de gênero dizia que as pessoas nascem com identidades neutras podendo o gênero e o sexo ser mudado em até 18 meses, uma vez que não são as gônadas, hormônios e cromossomos que determinam automaticamente o gênero.

No que se refere aos casos de ambigüidade genital, o conceito foi fundamental, pois, possibilitou que as crianças nascidas sem a definição de sexo pudessem ser operadas. Quando nascia um bebê *intersex*, o cirurgião pediatra baseado nas possibilidades cirúrgicas apresentadas pela anatomia designava o sexo da criança que seria chamado de “sexo de criação”. De acordo com as prescrições de Money, recomendava-se que as crianças não deveriam saber o porquê da operação e muito

¹² “Money e Ehrhardt definem “papel de gênero” como “tudo aquilo que uma pessoa diz e faz para indicar aos outros e a si mesma o quanto é masculina, feminina, ou ambivalente” definem a identidade de gênero como a unidade de persistência da individualidade como masculina, feminina, ou ambivalente... A identidade de gênero é a experiência privada do papel de gênero, e o papel de gênero é a experiência pública da identidade de gênero” Money, J. and Ehrhardt, A. A. (1972) *Man and Woman, Boy and Girl* (Baltimore: John’s Hopkins University Press). Apud Fausto- Sterling (2001, p.15)

menos de sua condição, pois do ponto de vista médico tal revelação poderia interferir na identidade de gênero da pessoa.

Desde a década de 1960, as cirurgias de reconstrução de sexo, ou cirurgias de correção genital são requisitadas para a resolução desses casos. Atualmente, a conduta médica foi modificada. A escolha do sexo não é feita apenas pelo cirurgião pediatra, e também não se considera apenas a anatomia, mas, os outros aspectos biológicos do sexo: aspecto genético (cariótipo XX ou XY), aspecto gonodático (presença das gônadas, testículos ou ovários, que produzem os hormônios masculinos e femininos e que são responsáveis pela diferenciação e pelo desenvolvimento dos caracteres secundários do sexo). A escolha é feita por uma equipe médica multidisciplinar – formada por endocrinologista, geneticistas, cirurgiões pediatras, psicólogos – e, ainda a participação dos pais é levada em consideração.

Mas, além dos fatores “biológicos” do sexo, algumas pesquisas destacam como as decisões médicas são motivadas por aquilo que se espera de cada gênero. Conforme a pesquisa de Paula Machado Sandrine (2005b) para o sexo feminino os fatores considerados são, por ordem de importância: a preservação da capacidade reprodutiva; depois a possibilidade de ter relações sexuais prazerosas e poder ser penetrada por um pênis. Já para o sexo masculino preserva-se o tamanho e a possibilidade erétil do pênis; depois a capacidade de sentir prazer associado à ejaculação e à capacidade para penetrar uma vagina e, por fim, a reprodução e a possibilidade de urinar em pé. Além disso, a autora observou que a preocupação com a heterossexualidade é maior no caso masculino, ao passo que em relação às mulheres fica reservada a preocupação com a maternidade e a reprodução.

Pode-se dizer que a “condição intersex” mobiliza o que Preciado (2002, p.24) chama de “tecnologia social heteronormativa”, ou seja, um conjunto de instituições tanto lingüísticas como médicas que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres, e funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado. O tratamento médico não visa apenas atribuir o sexo e gênero, mas é necessário que esse sexo seja coerente, ou seja, que a sexualidade seja condizente com o gênero escolhido, pois, é a prova de que o “verdadeiro sexo” foi encontrado e que a escolha médica pelo sexo foi correta.

A condição “intersex” é reveladora de uma situação de não adequação corporal aos nossos parâmetros culturais binários e da necessária identificação com um sexo para a atribuição do gênero. Vemos a normalização compulsória dos corpos e das identidades

de gênero, pois, as cirurgias são feitas logo nos primeiros meses de vida. Além disso, a normalização da sexualidade, a heterossexualização do corpo e a homofobia nas práticas médicas aproximam as discussões sobre a *intersexualidade* com as análises *queer*, pois permite compreender como o controle normativo da sexualidade e do gênero se faz presente em lugares menos suspeitos, perpassando diferentes relações sociais.

A temática da intersexualidade permite pensar como as categorias de corpo, gênero, sexualidade se somam na construção das identidades sociais. Assim, o que chama atenção ao abordar o assunto é a necessária relação entre essas categorias e a impossibilidade de fazer interpretações unilaterais acerca das discussões que o objeto suscita. O que está em questão não é apenas um problema de gênero deslocado da sexualidade, nem apenas um problema de estigma social ou de controle biopolítico do corpo. Mas, o que percebemos é o envolvimento de todas essas categorias e dessas problemáticas.

A Teoria *Queer* é o referencial teórico adotado para discutir essas questões, pois, permite pensar tanto a conexão dessas categorias da identidade, como evita as divisões entre estudos de gênero de um lado e estudos de sexualidade do outro, pois ela une essas discussões. Embora, a Teoria *Queer* tenha se constituído focada nos processos normalizadores da sexualidade, a teoria *queer* não fala apenas questões sexo, ou de sexualidade. Conforme sugere Anne Marie Jagose (1996) teoria *queer* pode ser vista como uma ‘zona de possibilidades’, pois, possibilita um arcabouço teórico-conceitual que permite pensar a produção múltipla e simultânea das diferenças.

No que se refere às discussões suscitadas pelos intersex, mais do que unir essas as discussões sobre sexo, gênero, sexualidade e identidade social, o objeto em questão permite revisões acerca de vários pressupostos da Teoria *Queer* norte-americana, bem como propicia diálogos com os desdobramentos da Teoria *Queer* no presente, e os desafios lançados por questões que apenas na atualidade passaram a fazer parte de suas reflexões, como os intersex. Conforme discutirei, os intersex propõem novos dilemas a Teoria *Queer*, mas, ao mesmo permite rediscutir questões clássicas nos estudos de gênero, e na teoria feminista, como a relação sexo e gênero, as discussões sobre a diferença sexual; as discussões sobre a construção dos sexos, e, finalmente, sobre as tecnologias do gênero e do sexo. Darei ênfase as chamadas tecnologias, pois, além desse conceito remeter às discussões teóricas, possibilita também pensar as tecnologias de normalização e as tecnologias de subversão.

Dilemas *queer*: Das performances as tecnologias

Desde meados da década de 1970, com a formulação do sistema sexo/gênero por Gayle Rubin (1975), fundamentou-se a divisão entre sexo e gênero. Nessa divisão, o sexo representava a natureza, ou seja, o aspecto biológico, ao passo que o gênero possibilitava entender como as instituições sociais e culturais criavam as diferenças entre os sexos. Conforme Linda Nicholson (2000, p.12), essa formulação permitiu que as diferenças entre os sexos fossem pensadas sem o determinismo biológico, como muitas vezes se encontrava no pensamento feminista da década de 1960. De acordo com Donna Haraway (2004, p.211), o conceito de gênero foi desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em diversas arenas sociais, e tanto a teoria quanto as práticas feministas buscaram, por meio do conceito, explicar e transformar os sistemas históricos da diferença sexual, nos quais homens e mulheres são constituídos em relações hierárquicas e antagônicas.

No entanto, a relação sexo/gênero foi questionada em fins da década de 1980, pelos estudos de gênero e pelos ainda incipientes, estudos *queer*. Questionava-se primeiramente a binariedade sexo/natureza e gênero/cultura, e a não problematização da natureza e do sexo como construção social. Em outras palavras, o sexo, ao não ser problematizado permitia um fundacionismo biológico inquestionável (Nicholson, 2002, p.12). Além disso, como discute Teresa de Lauretis (1996), o conceito de gênero como diferença sexual tornou-se uma deficiência para o pensamento feminista, pois evocava sempre a diferença entre homem/ mulher; masculino/feminino, permanecendo imerso no dualismo. Assim, amarrava o pensamento feminista num arcabouço conceitual fincado na oposição universal do sexo, mulher como a diferença do homem. Para autora, a relação mecânica entre diferença sexual e gênero deveria ser desfeita e desconstruída. Nas palavras de Lauretis, o gênero deveria ser entendido como “representação e auto-representação é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo; e discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana” (Lauretis, 1996, p.208).

Se Lauretis indicou a necessidade de pensar o gênero fora da relação direta e mecanicista entre diferença sexual e gênero, suas reflexões não problematizaram a própria diferença sexual, ou seja, o sexo. Judith Butler foi uma das pioneiras ao realizar

o trabalho crítico de desconstrução da categoria sexo como dado natural¹³. Em “Problemas de gênero” (2003), obra publicada em 1991 e considerada também um dos textos canônicos da teoria *queer*, Butler discute, entre outras coisas, o caráter de construção social do sexo. A autora parte da distinção sexo e gênero e rediscute, como fez Lauretis, a relação não-direta entre sexo e gênero, pois dirá, que se o gênero permite interpretações múltiplas e variantes do sexo, então se pode pensar que a relação entre sexo e gênero não é tão fixa como até então era considerado (Butler, 2003, p.24).

Para Butler, uma reflexão sobre o sistema binário de gênero implica no postulado do sexo enquanto construção social e histórica. Assim, a produção do sexo como pré-discursivo deve ser associada ao efeito do aparato de construção cultural do gênero (Butler, 2003, p.25), o que implicaria na reformulação da noção de gênero para abranger a própria produção do sexo. Para Butler, a idéia de que há um sexo verdadeiro é produzida por regulações sociais e matrizes de inteligibilidade que geram identidades coerentes, ou seja, aquelas que mantêm relação de continuidade entre sexo, gênero, desejo e sexualidade.

Na obra “Problemas de gênero” (2003) Judith Butler expôs pela primeira vez a teoria da performatividade de gênero mostrando o caráter artificial dos gêneros e da heterossexualidade. Butler destacou, que a relação muitas vezes tida como natural, ou mesmo não questionada entre sexo, gênero, desejo e sexualidade, é produzida e regulada pelas matrizes de inteligibilidade de gênero que garantem relações de coerência entre os termos e, portanto, a manutenção da heterossexualidade compulsória. Nessa perspectiva, o gênero só existe enquanto performance, ou seja, enquanto reiteração das normas sociais, em atos, gestos e desejos que criam a ilusão de uma substância interna produzida na superfície do corpo. Dessa forma, o gênero é uma realidade fabricada que necessita da constante “repetição estilizada” em atos e performances.

Na obra “Bodies that matter”¹⁴, publicada em 1993, Butler refina a discussão e associa as discussões sobre a materialidade do sexo com as discussões sobre performatividade de gênero. O objetivo era empreender uma análise que fosse além das análises construtivistas, pois, para Butler não bastava apenas afirmar que o sexo é uma construção social binária, mas, entender porque os corpos se constituem de maneira

¹³ Cabe destacar os trabalhos históricos sobre a construção social do corpo. Para uma análise histórica sobre a construção do sexo e a vigência do dimorfismo sexual no ocidente, ver Laquer (2000)

¹⁴ Faço uso da obra traduzida para o espanhol, intitulada “Cuerpos que importam” (2002)

binária. Valendo-se das reflexões foucaultianas sobre o sexo como um ideal regulatório, Butler afirma que os sexos são estabelecidos por reiteração constante das normas de gênero, ou seja, pela performance de gênero, e, portanto, não é uma característica dos corpos. A diferença sexual precisa ser materializada para “existir” enquanto diferença (cabe observar que Butler evita o uso do termo). Assim, para evitar entrar novamente no debate construcionismo *versus* essencialismo, propõe o retorno à noção de matéria para se referir aos processos que materializam o corpo de maneira binária, e que dão significados ao corpo e criam as fronteiras entre eles (Butler, 2002, p.29). A autora ressalta que o construcionismo, por não questionar como os corpos se constituem de maneira binária, tem seus limites expostos “nas fronteiras da vida corporal onde os corpos são deslegitimados e não são considerados corpos” (Butler, 2002, p.38). O sexo é materializado, mas esse processo se produz mediante a exclusão do outro sexo não legitimado. Como ilustra a autora:

“(…) é igualmente importante refletir sobre o modo que os e até que ponto se constroem os corpos, assim como refletir sobre e de que modo e até que ponto não se constroem; ademais interrogar acerca sobre o modo no qual os corpos não chegam a materializar as normas oferece-lhes o “exterior” necessário, o apoio necessário, aos corpos que, ao materializar a norma, alcançam a categoria de corpos que importam” (Butler, 2002, p.39)

É interessante observar que para Butler os corpos se materializam e são reconhecidos como corpos ao materializarem as normas de gênero. Ou seja, a invocação performativa “É um menino!” ou “É uma menina!” tem que ser constantemente reiterada para materializar os corpos que governa. Butler une nessa reflexão a performatividade de gênero e a materialidade do sexo, o que significa que a performatividade de gênero acaba por contornar e circunscrever o sexo.

A teoria da performatividade de gênero constituiu um dos pilares fundadores da teoria *queer* norte-americana porque permitiu associar a reflexão de gênero com os regimes normativo da sexualidade. No entanto, com desenvolvimento da Teoria *Queer* e o surgimento de outras teorias *queer* fora do contexto norte-americano, ou mesmo a sua aplicação em outros sujeitos, propiciou questionamentos acerca da eficácia dessa teoria¹⁵. Pode-se dizer que esses questionamentos fazem parte dos desdobramentos da Teoria *Queer* no presente, e incluem novos problemas, novos sujeitos e a revisão de

¹⁵ Sobre as mudanças na conceituação butleriana da performatividade e sua recepção no contexto brasileiro, consulte Miskolci e Pelúcio (2006).

certos pressupostos. É nessa chave que proponho entender as críticas à teoria da performatividade de gênero, pois não se trata de desconsiderar essa reflexão, mas discutir os seus limites quando confrontados com outros sujeitos, como por exemplo, a questão dos intersex. Dentre essas críticas, destaca-se as feitas pela teórica *queer* espanhola Beatriz Preciado, pois, permite pensar os dilemas suscitados não só pelos intersex, mas pelos sujeitos que têm seus dilemas identitários desenvolvidos em torno da tríade corpo, gênero e tecnologias¹⁶.

Segundo Preciado, a teoria da performatividade de gênero é problemática, pois se desfaz prematuramente do corpo ao ignorar as formas de incorporação referentes às “minorias corporais” como os transexuais, *intersex* e transgêneros. O gênero não é simplesmente performático, ou seja, efeito de práticas culturais linguísticas discursivas, antes ele é prostético, ou seja, é formado por tecnologias e requer a materialidade do corpo. Para Preciado, Butler teria colocado entre parênteses a materialidade das práticas de imitação bem como nos efeitos de inscrição sobre os corpos que acompanham toda performance de gênero (2002, p.73). Assim, Butler teria subestimado os processos tecnológicos de inscrição que fazem com que as performances passem como naturais ou não, ou ainda as tecnologias *de transincorporação* das “minorias” corporais.

Preciado ancora-se em Teresa de Lauretis e Michel Foucault para pensar o sexo, gênero e sexualidade enquanto produtos de “tecnologias sociais complexas”. A autora incorpora de Foucault a noção de técnica como um “dispositivo complexo de saber-poder, instrumentos, textos, discursos, regimes de corpo, regras para a maximilização da vida, prazeres do corpo e regulação dos enunciados de verdade” (Preciado, 2002, p.124). Esse conceito permitiu que seu foco de análise fosse deslocado das discussões clássicas sobre sexo e gênero, e se direcionasse para o estudo dos instrumentos e dos artefatos sexuais, bem como para as transformações tecnológicas dos corpos sexualizados e generalizados. Para Preciado, falta à Teoria *Queer* estabelecer uma história sintética da sexualidade, ou seja, fazer uma genealogia das tecnologias de construção do gênero, do sexo e da sexualidade e analisar como essas tecnologias estão a serviço do bio-poder ao assujeitar e normalizar os corpos (Preciado, 2002, p.97).

No entanto, para Preciado, as tecnologias têm caráter duplo, já que as tecnologias de normalização podem propiciar descontextualizações, possíveis subversões e deslocamentos. Segundo a autora, as tecnologias falham, de modo a abrir

¹⁶ Para uma introdução ao pensamento da teórica *queer* espanhola ver Preciado (2007)

brechas e possibilidades de reversão dos efeitos normalizadores (Preciado, 2007, p.384)

¹⁷ Em sua perspectiva, as técnicas podem ser usadas por diferentes corpos e invertidas em seus usos. A autora cita, como por exemplo, as tecnologias repressão do prazer sexual inventadas durante o século XIX, e como elas podem ser re-contextualizadas no interior de práticas *queer*, como os dildos, cinturões, os aparelhos de genitorturas, as técnicas de perfuração dos genitais. Para Preciado, uma das tarefas *queer* no presente é se voltar para as práticas, para os modos de se fazer o sexo mais que se concentrar nas identidades e em suas políticas (Preciado, 2002, p.96).

Na perspectiva da autora, em uma análise *queer* seria importante analisar as tecnologias de trans-incorporação que poderiam representar:

“Clitóris que cresceram até transformar-se em órgãos sexuais externos, corpos que mudaram os ritmos das doses hormonais, úteros que não procriam, próstatas que não produzem sêmen, vozes que mudaram de tom, barbas, bigodes e pêlos que cobriram rostos e peitos inesperados, dildos que tem orgasmos, vaginas reconstruídas que não se desejaram ser penetradas por um pênis, próteses testiculares que ferveram a cem graus e que poderiam inclusive fundir-se no microondas” (Preciado, 2002, p.75)

No entanto, é importante destacar que as críticas feitas por Preciado em relação a Butler referem-se às discussões feitas em “Problemas de gênero” e “Bodies that matter”. Butler discute na introdução a obra “Undoing gender” (2004) ¹⁸, “o controvertido caráter da técnica”, ou seja, não se deve apenas enfatizar seu aspecto negativo ou as possibilidades de subversão, mas saber relativizar a importância que a técnica ocupa para cada grupo específico. Butler compara o movimento dos intersex e dos transexuais. Para os primeiros a técnica é um meio pelos quais os grupos querem se libertar, ao passo que para os transexuais a técnica é o instrumento do qual eles se apropriar. Mais do que isso, a autora sublinha que a técnica é um lócus de poder onde o humano é produzido (2006, p.27).

Nessa introdução, Butler delinea o que considera crucial tanto nas análises teóricas quanto no que se refere aos movimentos sociais de transexuais, transgeneros e intersex. Para autora, mesmo que a Teoria *Queer* se oponha à legislação universal das identidades, é tarefa pensar que os sujeitos só existem, ou têm vidas habitáveis se

¹⁷ Preciado rejeita o que chama de visões unilaterais e reducionistas das técnicas, as quais se destacam apenas os efeitos negativos, como ocorre muitas vezes no pensamento feminista, que relega as técnicas a instrumentos de dominação patriarcal do corpo da mulher, ou ainda essas técnicas usadas apenas para a reprodução e controle (Id. ib.:122).

¹⁸ Faço uso da tradução em espanhol, intitulada “Desfazer el género” (2006).

estiverem de acordo com as categorias de reconhecimento social. Butler alude que as questões *queer* devam ser direcionadas para questões que propiciem aos sujeitos vidas habitáveis, ou seja, vidas nas quais os conflitos com as normas de gênero sejam amenizadas. As críticas às normas devem se situar no contexto em que essas vidas são vividas e guiar-se pelas condições que maximizam as possibilidades de ter uma vida habitável.

Para Butler, é imprescindível que os estudos *queer* considerem a questão das vidas habitáveis e como ela se atrela aos paradoxos identitários¹⁹. De acordo com Butler, a situação paradoxal de confronto com as normas de gênero e, ao mesmo tempo, a necessidade de ter um mínimo de reconhecimento social para ter vidas habitáveis caracteriza os sujeitos da Teoria *Queer*. Esses sujeitos vivem em situações de paradoxo identitário como possibilidade de manter a sua existência. Pessoas que vivem em paradoxos identitários estão sujeitas ao não-reconhecimento por manterem uma relação crítica com as normas e, portanto, serem consideradas menos humanas do que as “ajustadas”, as “normais”. Os sujeitos *queer*, entretanto, são constituídos por normas e, por mais que “queiram” viver de maneira crítica e transformadora, são ameaçados por essas mesmas normas a serem invisibilizados e *desfeitos* como se não fosse parte do que se considera humano. Esses indivíduos sabem que se não incorporarem essas normas de reconhecimentos suas vidas tornam-se inabitáveis, assim, precisam buscar identidades reconhecidas (cf. Pino, 2007, p.165-166).

Destaquei esses diálogos porque eles são cruciais para entender a questão intersex, e principalmente porque permitem que dois fatores cruciais na experiência intersex seja levados em consideração que se refere a necessidade de reconhecimento atrelada as discussões sobre paradoxos identitários decorrentes, e as discussões feitas por Preciado acerca do potencial subversivo da apropriação das tecnologias da construção do sexo.

No que se refere a experiência intersex, se olharmos para o ativismo intersex e a formação da identidade intersex podemos compreender melhor esses dilemas, e o alcance das análises empreendidas por ambas autoras. Podemos perceber como as análises sobre os paradoxos identitários se somam as reflexões sobre a produção tecnológica do corpo e seu possível potencial subversivo.

¹⁹ Discuti em outro artigo (Pino, 2007) o que é a situação de paradoxo identitário e retomo essa discussão, por considerá-la importante para entendermos os desdobramentos da teoria *queer* no presente.

Surgido no início dos 1990 nos EUA, o ativismo intersex tem por objetivo denunciar as práticas médicas que inicialmente destinadas a “normalizar” esses corpos e atribuir um gênero, na verdade, criavam corpos machucados, mutilados, com perdas de funções e de sensibilidade. Assim, por meio de relatos e de autobiografias expuseram o funcionamento opaco e silencioso dos protocolos de normalização corporal (Cabral, 2006, p.72). O ativismo intersex compartilha características dos movimentos identitários, como por exemplo, a reivindicações de direitos, cidadania, luta pela aceitação e reconhecimento de suas diferenças. Mas, no cerne de suas reivindicações encontram-se a oposição às cirurgias feitas precocemente. Assim, o movimento intersex não se centra em torno da “identidade intersex”, mas, nas cirurgias e nos procedimentos médicos. A questão não é reivindicar uma identidade associada a um terceiro sexo, mas, que o gênero possa ser designado sem que precise de um sexo bem definido. Segundo o movimento essa seria uma saída para que as pessoas não sofressem as conseqüências da cirurgia.

O crucial é que o movimento social dos intersex se constitui e ganha visibilidade por meio da internet. O espaço virtual é o canal de comunicação por excelência para que os ativistas intersex e para as pessoas que passaram por esses procedimentos, mas, que não se denominam intersex, possam compartilhar as suas experiências e as suas histórias de vida²⁰. Se nos ativermos no que se constitui a identidade intersex percebemos que é uma identidade que se constitui no meio virtual, e cuja existência é, predominantemente virtual. Disso resulta que os dilemas dos sujeitos intersex, que tem seus conflitos com as normas de gênero desenvolvidos em torno das questões corporais, e que reivindicam que as diferenças corporais ou outros corpos possíveis, mas que ao mesmo tempo, e isso mostra o quão paradoxal é a identidade *intersex*, esses mesmos sujeitos não corporificam a identidade reivindicada.

Não cabe nos limites desse artigo aprofundar as questões levantadas pelo ativismo, nem sobre a identidade intersex. Apenas as indiquei porque exemplificam como é difícil pensar em tecnologias subversivas, e como o corpo e o gênero são cruciais não só para o estabelecimento das identidades, mas, para o reconhecimento dos sujeitos. A intenção desse artigo foi estabelecer uma discussão teórica que permita pensar os diálogos da Teoria *Queer* com os estudos de gênero e as propostas por ela lançadas. Não se trata de dizer que a teoria *queer* e estudos de gênero apenas dialogam,

²⁰ Em minha dissertação de mestrado discuto o ativismo intersex, bem como faço uso das auto-biografias, relatos e entrevistas como meio de entender como se constitui a subjetividade intersex.

mas, sobretudo, considerar que a teoria *queer*, mas do que analisar a normalização e a heterossexualização da sexualidade, permite refletir sobre questões relacionadas as diferenças, e, principalmente, as questões de gênero, pois, como diz a Butler (2006, p.19), permite pensar que a violência e a discriminação de gênero não se refere apenas as mulheres, mas, também aos intersex, transgeneros e transexuais.

Bibliografia

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BERLANT, Laurent e Warner, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257.

BORDO, Susan R. O corpo e reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault, pp.19-41. IN: JAGGAR, Alison M. & BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “Pós-modernismo”. **cadernos pagu** (11) 1998: pp.11-42

_____. **Cuerpos que importan – sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”**. Buenos Aires, Anagrama, 2002.

_____. Criticamente subversiva. In: JIMENÉZ, Raquel M. Mérida (org). **Sexualidades transgressoras. Uma antologia de estudos queer**. Içaria editorial, 2002, pp.55-79

_____. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Deshacer el Género**. Barcelona: Paidós, 2006

CABRAL, Mauro & Benzur, Gabriel. “Cuando digo intersex. Um dialogo introductorio a la intersexualidad”. **cadernos pagu**, Volume 24, 2005. p.

_____. En estado de excepción: intersexualidad e intervenciones sociomédicas. IN: CARCERES, Carlos F & CAREAGA, Glória et all, **Sexualidad, estigma y directos humanos –Desafíos a la salud en América Latina**. Faspap/UPCH, 2006

CORRÊA, Mariza. Não se nasce homem. Trabalho apresentado no Encontro “Masculinidades/Feminilidades”, nos Encontros Arrábida, Portugal, 2004

DE LAURETIS, Teresa. “A Tecnologia do Gênero.” In: HOLANDA, H. B. (org.). **Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p.

ENG, David L.; Halberstam, Judith; Muñoz, José Esteban. What’s Queer about Queer Studies Now? In: **Social Text**. 84-85 Durham, Duke University Press, 2005

EPSTEIN, Steven. “A queer encounter: sociology and the study of sexuality”. In: SEIDMAN, Steven. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. New York, Basic Books, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Editora: Grall, 2006,
_____ **A história da sexualidade. Vontade de saber**. Rio de Janeiro: Grall, 1985

GAMSON, Joshua. “As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa”. In: DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa -Teorias e abordagem**. Tradução: Sandra Regina Netz. 2ª edição. Porto Alegre: Artemed, 2006.

_____. “Deven autodestruirse los movimientos identitários? Un extraño dilema. In: JIMENÉZ, Raquel M. Mérida (org). **Sexualidades transgressoras. Uma antologia de estudos queer**. Içaria editorial, 2002,

GOFFMAN, Erving. **Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

GREEN, Adam Isaiah. Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self. In: **Sociological Theory**. 25, March 2007,

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **cadernos pagu**, jan./jun. 2004, no.22, p.201-246.

JAGOSE, Annemarie. **Queer Theory – an introduction**. New York, New York University Press, 1996.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001

LEMERT, Charles. Prefácio. In: SEIDMAN, Steven. In: *Queer Theory/Sociology*. New York, Blackwell Publishers, 1996.

LONGMORE, Monica A. Symbolic interactionism and the study of sexuality - The Use of Theory in Research and Scholarship on Sexuality. **Journal of Sex Research**, Feb, 1998

LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação*. In: **Revista Estudos Feministas**. V.9 n.2 Florianópolis, 2001.

MCINTOSH, Mary. The homosexual role. In: SEIDMAN, Steven. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996.

MISKOLCI, Richard & SIMÕES, Julio. “Apresentação: Sexualidades Disparatadas”. Dossiê Sexualidade Disparatadas. **cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007a, v.28

MISKOLCI, Richard. Comentário: A epistemologia do armário. Dossiê Sexualidade Disparatadas. **cadernos pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007b, v.28

_____. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. Campinas, Palestra apresentada no COLE -Unicamp, junho de 2007c

_____. O Vértice do Triângulo: Relações de Gênero e Sexualidade em Dom Casmurro. In: **CD Anais do VIII Congresso da BRASA** (Brazilian Studies Association). Nashville, BRASA, 2006b.

NAMASTE, Ki. “The politics of inside/out: queer theory, poststructuralism, and sociological approach to sexuality”. In: SEIDMAN, Steven. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, 2/2000

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes “A teoria *queer* e a reinvenção do corpo” - resenha, **cadernos pagu** (27) julho-dezembro de 2006, p.469-477

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. In: **cadernos pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.149-17

PLUMMER, Ken. “Symbolic Interactionism and the forms of homosexuality”. SEIDMAN, Steven. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. In **cadernos pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.375-405

RUBIN, Gayle. “Tráfico Sexual – Entrevista”. In: **cadernos pagu**. Campinas, PAGU, v. 21, 2003, p.157-209.

_____. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the politics of sexuality”. In: ABELOVE;BARALE&HALPERIN. *The lesbian and gay studies reader*. Rotedge. 1992.

_____. “The traffic in women. Notes for a Radical theory of the politics of sexuality”. In: REITER, Rayna (org). **Toward an anthropology of women**. Nova York. Monthly Review Press.1975

SANDRINE, Paula Machado. “O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural”. **cadernos pagu**, Campinas, volume 24, 2005a.

_____. “ ‘Quimeras’ da ciência: estudo antropológico sobre as representações de profissionais da saúde acionadas em casos de genitália ambígua”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, volume 20, nº 50, São Paulo, 2005b.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: *Projeto História* 16. São Paulo, fevereiro de 1998, p.297-325.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: **cadernos pagu**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A (queer) y agora. In: JIMENÉZ, Raquel M. Mérida (org). **Sexualidades transgressoras. Uma antologia de estudos queer**. Içaria editorial, 2002,

SEIDMAN, Steven. Introduction. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996

STEIN, Arlene & PLUMMER, Ken. “I can’t even think straight”: “Queer” theory and the missing sexual revolution in sociology. SEIDMAN, Steven. In: **Queer Theory/Sociology**. New York, Blackwell Publishers, 1996.

WARNER, Michael. (editor) **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.